

CRISE E MUTAÇÕES DO TRABALHO (UM REPENSAR CRÍTICO) *

*Jorge Montenegro Gómez***

O número 48 (setembro-outubro 2001) da revista espanhola *Archipiélago. Cuadernos de crítica de la cultura*[2] dedica um amplo e variado dossiê, intitulado “Crise e mutações do trabalho”[3], aos novos sentidos e configurações do mundo do trabalho nos últimos anos[4].

Como se salienta na apresentação do dossiê, os discursos abstratos sobre o trabalho oferecem uma imagem da realidade que distorce as análises até esvaziar seu sentido. Assim, tão pouco sentido tem considerar o trabalho, ainda hoje, como fruto de todos os direitos sociais numa sociedade que o degrada cada vez mais, como denunciá-lo como origem de todos os males sem estudar as características do que significa trabalhar hoje.

Esta é a proposta do número 48 da revista *Archipiélago*. Apresentar a polissemia das transformações no mundo do trabalho desde a polifonia de 12 autores com perspectivas e objetos de análise diferentes. 12 autores para questionar esses discursos abstratos e, ainda assumindo as incertezas que marcam o conhecimento do trabalho hoje, oferecer algumas coordenadas que orientem reflexões à altura da complexidade e dinamismo da realidade que abordam, já que em palavras do conselho editorial da revista “o trabalho perdeu seus contornos precisos, que se mistura com outras dimensões da atividade humana, que varia a grande velocidade, que explodiu em mil formas distintas” (p. 11).

Para consolidar essa observação plural sobre o mundo do trabalho atual, a revista selecionou textos de autores referenciais nesta discussão sobre o tema do trabalho como Gorz, Sennett, Castel ou Virno, autores com uma ampla bagagem na construção de uma visão crítica da sociedade, como Beck ou Bourdieu, e da economia contemporânea, como Naredo, contemporâneas, e autores que, com uma aproximação, em princípio mais pontual e/ou local (abordagens sobre o trabalho na Espanha, como o estudo das empresas de trabalho temporário de Rendueles, as faces do trabalho em experiências de “capital social” de uma comarca de Alicante, no sudeste espanhol, ou das relações entre emigração e trabalho na comarca sulina de El Ejido de Martínez Veiga, e abordagens sobre gênero e trabalho, como a elaborada por Escudero, e sobre poder e trabalho, como o tema do trabalho nos campos de concentração nazistas, de Moreno Feliu), trazem reflexões facilmente universalizáveis, em vista da generalização a escala mundial de muitas das transformações acontecidas na dinâmica do trabalho.

Em geral, os artigos são de formato reduzido. Longe de análises demoradas sobre o mundo do trabalho, *Archipiélago* optou por apresentar breves provocações que mobilizem o leitor para questionamentos mais amplos. Com isto, a revista oferece sua contribuição a um debate que precisa ser revisado e posto em dia. Uma contribuição, como mostra o perfil dos textos selecionados, desde um ponto de vista nada complacente com “as coisas como são”, com o *status quo* dominante.

Configuração e crise do mito do trabalho - José Manuel Naredo (p. 13-23)

Desde o primeiro artigo, elaborado por José Manuel Naredo[5], nos deparamos com esta tentativa de re-situar o conceito de trabalho, eliminando as distorções provocadas pela sua redução a fator de produção desde o século XIX e recentemente a instrumento de controle social.

Neste sentido, Naredo ressalta o sentido profundamente histórico da categoria trabalho, opondo-se, portanto, às correntes que pensam o trabalho como categoria antropológica ou como algo invariante da natureza humana.

Segundo este autor, “o trabalho, como categoria homogênea, afiançou-se no século XVIII junto com a noção unificada de riqueza, de produção e a própria idéia de sistema econômico, para dar lugar a uma disciplina nova: a economia” (p. 13), já que anteriormente o trabalho teve sentidos e funções diferentes.

Por exemplo, as chamadas “sociedades primitivas” não estavam estruturadas pelo trabalho. Como revelam os estudos antropológicos, nestas sociedades nem há um termo na linguagem que seja semelhante ao nosso trabalho (não diferenciavam entre atividades produtivas e o resto), nem as atividades relacionadas com a subsistência ocupavam tanto tempo quanto a jornada laboral atual.

Nestas sociedades não existia uma preocupação pelas riquezas, a natureza provia de tudo, portanto, não tinha sentido acumular excedentes, nem era possível acarretá-los. A acumulação começou em forma de troféus, especialmente escravos, que mostravam o poderio militar e que liberavam aos “chefes” das tarefas rotineiras relacionadas com a intendência.

Tanto a Grécia como a Roma clássicas mantiveram o desprezo pelo trabalho. Tampouco existia palavra equivalente ao nosso trabalho, nem as palavras existentes relacionavam, por exemplo, abastecimento de bens e serviços com realização pessoal ou social. Contudo, não era o esforço o que fazia classificar as atividades como servis ou degradantes, mas sim seu caráter dependente. Assim, se considerava indigno de pessoas livres, desenvolver suas capacidades para obter lucro.

A situação em Roma, apenas mudou em relação ao trabalho, que continuava sem ter o *status* que tem entre nós. Resulta singular, portanto, que a palavra moderna que designa nossa noção de trabalho em línguas como o português ou espanhol, provem de *tripaliare* e *tripalium*, que em latim designa um instrumento de tortura, e em grego moderno, provem de *douléia*, que em grego antigo significava escravidão.

O cristianismo nas suas origens, afirma o autor, também desprezou o trabalho, considerando-o castigo divino. Só mais tarde foi recortando o número de feriados e venerando o trabalho paralelamente ao domínio do capitalismo. Lutero e Calvino retomaram depois as práticas ascéticas e mortificadoras baseadas no trabalho de algumas ordens monásticas (por exemplo, os beneditinos) por contraposição ao cristianismo originário, mais perto dos costumes gregos e romanos.

“O capitalismo nascente viu com bons olhos as louvações à vida ‘ordenada’ pelo trabalho e a regulamentação monástica e militar” (p. 16). O trabalho vai consolidando-se assim como valor supremo ao qual o homem deveria submeter-se.

O ócio, no entanto, perde seu caráter ativo e criador —“pensava-se que a simples atitude contemplativa permitia impulsionar a atividade do pensamento em todas suas manifestações, enquanto o trabalho penoso acostumava a freá-la” (p. 16)—, para ser considerado apenas como passivo e parasitário.

Quando no século XVIII a economia surge como um ramo de conhecimento autônomo e pretensamente científico, a noção de trabalho já tinha atingido seu significado genérico atual, porém vai ser no interior da moderna idéia de sistema econômico onde a razão produtivista do trabalho se consolida,

“As noções de produção e de trabalho se reforçaram mutuamente, apresentando-se como meios de abastecer o crescimento da população e seu consumo, e se lhes outorgou um sentido utilitário que permitia identificá-las como um avanço inequívoco rumo à felicidade e ao progresso” (p. 17).

O contexto em que aconteceram estas mudanças teve de ser amplamente modificado, estendendo entre a população o anseio indefinido de acumular riquezas ao tempo que se levantava o veto moral que existia sobre ele, construindo uma noção de riqueza unificada e monetária que

possibilitara tal acumulação, convencendo o homem que era capaz de produzir riquezas (antes só Deus) e que o trabalho era o instrumento básico dessa produção.

Depois do processo histórico resenhado, Naredo afirma que será a partir do século XVIII quando ocorrem as mudanças fundamentais que marcam o nascimento da noção moderna de trabalho. Em primeiro lugar, sob a idéia de que o trabalho é o principal e único fator de produção de riqueza, já que se supôs que até a terra era substituível por trabalho —segundo Smith, Ricardo e Marx—, e posteriormente, com os economistas “neoclássicos” de finais de século XIX, desenvolvendo a hipótese da perfeita substituibilidade dos fatores de produção (terra, trabalho e capital) referenciados a dinheiro, que separa definitivamente o econômico das dimensões físicas e humanas, uma vez que se produzir se converte apenas em obter um valor agregado com base na revenda com lucro, “a preocupação social foi derivando desde a ‘produção’ da riqueza até a ‘aquisição’ da mesma” (p. 19-20). Desta forma, o salário erigiu-se como único critério para considerar uma atividade como trabalho, coincidindo com aquelas que os antigos romanos e gregos consideravam impróprias de pessoas livres.

Na atualidade, segundo o raciocínio de Naredo, tendo sido relegada a produção material à “periferia terceiro-mundista” e o peso do mundo financeiro, da informação, da comercialização e em geral da gestão orientada à aquisição de riquezas, sendo cada dia maior, a razão produtivista do trabalho perde sentido, surgindo no seu lugar a consideração do trabalho como meta social e individual. O trabalho, agora meio de relação e promoção profissional, econômica e social e, mais concretamente, a falta de trabalho, desencadeia o desarraigo, a marginalização e o deterioro pessoal.

Nesta nova face, onde a aquisição da riqueza é o principal, o trabalho é utilizado basicamente como forma de manter as “relações de dominação e exploração presentes nas sociedades hierárquicas anteriores” (p. 21), já que tanto desempregados, como ocupados, como “classe ociosa” estão cada vez mais imersos na corrida da “competitividade” e da acumulação interminável de poder e dinheiro.

Na época da “globalização”, critica Naredo, o aumento do desemprego e da precarização do trabalho afasta cada vez mais a utopia liberal que promete uma sociedade de indivíduos livres e iguais.

Diante desta situação, quais seriam as perspectivas que se abrem? O autor as resume em duas. Por um lado, a degradação da situação atual, própria de uma sociedade “prisioneira da mitologia do trabalho (...) e de um movimento sindical limitado a discutir as retribuições dos assalariados e o (...) pleno emprego assalariado” (p. 23). Por outro lado, redução do trabalho produtivo em favor de atividades mais livres e criativas que fujam à apropriação capitalista que hoje sofrem e reorganização do trabalho assalariado, em favor da distância entre desemprego e trabalho compulsivo, própria de uma sociedade que escapa da fé no progresso apoiado na noção de produção e de um movimento sindical que questione profundamente a noção de trabalho.

A flexibilidade laboral: aparato ideológico e dispositivo disciplinário – Entrevista com Richard Sennett (p. 29-36)

A idéia do trabalho como instrumento de dominação é retomada na entrevista com Richard Sennett[6]. Este autor coloca que a flexibilização, o aumento das relações informais ou da mobilidade, características do trabalho atual, “são um instrumento de poder” (p.33).

Ao contrário do que poderia parecer, este novo perfil do trabalho nem libera às pessoas do papel central do trabalho nas suas vidas, uma vez que, como mostram as investigações realizadas neste campo, o aumento na flexibilidade do trabalho supõe trabalhar mais horas e sob uma pressão maior, nem permite a um maior número de pessoas desenvolver trabalhos que exijam uma maior implicação e melhores qualidades (criatividade, habilidades verbais e sociais), visto que, essas circunstâncias podem ser encontradas apenas no âmbito da “*Internet* ou das corporações de finanças internacionais” (p. 30).

Sennett afirma enfaticamente que é uma fantasia pensar que hoje existe maior número de empregos que exigem que o trabalhador se envolva mais,

“A diferença do sistema da velha classe onde a imagem dos trabalhadores estava definida por uma função claramente fixada, a ideologia das classes dominantes neste sistema supõe que suas próprias formas de trabalhar devem ser tomadas como válidas para os trabalhos inferiores” (p. 31).

Para reforçar esta idéia, o autor nos remete ao seguinte exemplo:

“Se irmos ao Silicon Valley e falarmos com as pessoas que trabalham fazendo tarefas informáticas menores, serviços de manutenção, etc., vemos que se debatem entre a ideologia empresarial que diz ‘sim, é certo, tudo é possível’, ‘deves tratar a teu trabalhador como a um empresário empreendedor’, “devemos adquirir novas habilidades”, etc., e a realidade de que estão aprisionados por um novo tipo de rotina, com cada vez menos poder e formas coletivas de associação muito pobres. Portanto, estes argumentos sobre que o empresário é um modelo de personalidade para qualquer trabalhador, que seu poder o possa alcançar qualquer um, são parte da transformação do capitalismo. É uma fantasia, mas uma fantasia que cremos” (p.31).

Como vemos, os mitos criados em torno dos trabalhos mais qualificados, sem ser certos, são repassados como modelo para todos os trabalhadores, no entanto, a pesar da maior demanda por qualificação no mercado de trabalho, as tarefas que os trabalhadores passam a desenvolver, na verdade, não precisam dos altos níveis de conhecimento exigidos.

As bondades da organização do trabalho em equipes com certa autonomia, também é desmentida por Sennett. Nem as pessoas se conhecem o suficiente (a formação das equipes muda a cada cinco ou seis meses), nem a confiança ou a solidariedade são os sentimentos que predominam, ao contrário, existe pouco espaço para a cooperação, convertendo-se em “um sistema disciplinado em sentido foucaultiano” (p. 32).

Diante desta situação, o autor, reconhece que se a esfera do trabalho é um espaço complicado para a intervenção política, não pode, porém, ser negligenciada. Laços de proximidade mais fortes entre os trabalhadores, que desemboquem em maior ação política visando a auto-proteção e não fazer “do sistema algo mais atrativo e prazeroso” (p. 35), pode ser o caminho para conquistar mais autonomia nas relações tradicionais entre trabalho e capital.

Para tanto, Sennett, entende que seria necessária uma adaptação do movimento dos trabalhadores ao novo contexto, mas de uma forma mais “cautelosa” que a proposta por autores como Paolo Virno, Toni Negri ou Mauricio Lazzarato, que vêm no aprofundamento da flexibilidade maiores possibilidades para incrementar a autonomia dos trabalhadores. Sennett propõe que se pense o sistema como um todo e, portanto, que se estudem tanto as vantagens como as desvantagens da flexibilidade antes de “entregar-se” a ela como estratégia de sobrevivência para os trabalhadores.

Porque a classe trabalhadora perdeu o jogo? – Robert Castel (p. 37-45)

O tema das possibilidades da classe trabalhadora para reverter a difícil situação pela que atravessa é também tratado por Robert Castel^[7] no seu artigo. No entanto, ele se mostra mais pessimista que Richard Sennett.

Para Castel, é um fato comprovado que “a classe trabalhadora já não ocupa na história social a posição de centralidade que a caracterizou desde faz mais de um século” (p. 37). Desde meados do século XIX até meados do século XX a classe trabalhadora, como mínimo na França e na Europa

ocidental, era portadora de grandes possibilidades de mudança até o ponto de poder promover “uma transformação profunda da ordem social” (p. 37).

Nesta época passada a questão social coincidia com a questão trabalhadora, portanto, o essencial do conflito social se dava entorno de dois blocos antagônicos (descrito por Marx em sua formulação mais radical). Mas hoje a classe trabalhadora perdeu seu papel neste enfrentamento. Já não aparece como “portadora de uma alternativa ‘global’ à organização social atual. Isto não quer dizer que a classe trabalhadora tenha deixado de existir, nem que careça de importância social e política” (p. 38), porém seu declínio é patente.

Para tentar explicar esta situação, pelo menos no caso francês, Castel lança uma hipótese:

“[a classe trabalhadora] viu-se minada, flanqueada, desbordada por uma transformação ‘sociológica’ profunda da estrutura da condição salarial. Deste modo viu-se despossuída (...) ‘superada’, pela generalização e a diversificação da condição salarial e pela promoção de categorias salariais que a relegaram a uma posição subordinada, a uma posição que já não é central, na configuração do assalariado” (p. 38).

Este processo estaria dividido, segundo Castel, em duas etapas: num primeiro momento, o passo da sociedade industrial à sociedade salarial e, mais tarde, a desagregação desta desde os anos 70.

Resumidamente, Castel caracteriza a primeira etapa como aquela em que se produz o passo da primazia dos trabalhadores assalariados da sociedade industrial, que eram maioria (ainda que nunca fossem um bloco homogêneo, nem ideológica nem socialmente) e com a potência necessária para transformar a sociedade, à proliferação de diferentes tipos de trabalhadores assalariados que fragmentam o trabalhador assalariado industrial “típico” e o deixam na parte baixa do escalão, superado por assalariados com funções mais especializadas e salários mais altos.

Com esta transição se produz uma redistribuição da conflitividade social, já não entre trabalhadores e burgueses, nem entre capital e trabalho, mas entre os próprios assalariados. Aliás, também a questão sociopolítica essencial muda nesse momento de conteúdo. A revolução deixa passo à redução de desigualdades e à redistribuição igualitária da riqueza. Maio de 1968, marca, segundo Castel, a visibilidade do processo de perda de centralidade da classe trabalhadora.

Desde meados dos anos 70 aparecem os indícios da segunda etapa salientada pelo autor. Com a crise dos anos 70 se produz uma degradação do trabalhador assalariado, perdendo centralidade, aumentando sua subordinação e dissociação e perdendo direitos sociais conquistados. O risco do desemprego e da precariedade, habitual desde os anos 70, tem efeitos desestruturantes nos trabalhadores que fazem aumentar as desigualdades entre categorias gerando uma ‘descoletivização’ das condições de trabalho e dos modos de organização dos trabalhadores, o que, segundo Castel, “poderia chegar a pôr profundamente em questão a própria noção de ‘classe’” (p. 43).

Se a preponderância do coletivo sobre o individual caracterizaria a noção de classe, as transformações no mundo do trabalho aumentam a desagregação dos assalariados que cada vez têm que competir mais entre si, com o que a subordinação e a desigualdade se acentuam (mais entre as classes populares).

A situação para Castel está carregada de dificuldades. Sem oferecer claramente caminhos, o autor aposta na recoletivização da organização dos trabalhadores, como forma de pensar possíveis saídas e, sobretudo, numa análise severa da situação atual. O texto que compõe o dossiê é um bom exemplo disto.

A dupla verdade do trabalho – Pierre Bourdieu (p. 53-56)

A utilização da flexibilidade, da mobilidade ou da precariedade, como formas de desestruturar os trabalhadores, suas organizações e sua fortaleza frente ao capital, como vimos nos

três primeiros textos resenhados, revela a amplitude dos mecanismos com que este conta para exercer seu domínio, porém, não são os únicos. No artigo de Pierre Bourdieu[8] podemos encontrar outro mais sutil, mas não menos efetivo.

Bourdieu parte da crítica à teoria marxista do trabalho, por omitir o que ele denomina a “verdade subjetiva”, o gosto pelo trabalho, na construção do objeto da análise: o trabalho assalariado, o trabalho como exploração, a “verdade objetiva”. Raramente o “trabalhador não espera do trabalho mais que o salário” (p. 56), e isto pode ser aproveitado para aumentar a exploração do trabalhador.

De fato, o *management* moderno tem descoberto as bondades de dar ao trabalhador maior liberdade para organizar seu trabalho “de maneira que desloca seu interesse pelo benefício externo do trabalho (o salário) para o benefício intrínseco, vinculado ao ‘enriquecimento das tarefas’” (p. 54).

Desta forma se explicariam a auto-exploração, por exemplo, dos artesões sub-contratados e dos agricultores submetidos à indústria alimentícia, ou a concorrência que surge no espaço de trabalho, fatos, que ultrapassam a dimensão estritamente econômica.

A percepção desse aspecto subjetivo, sua introdução nas análises, segundo Bourdieu, é sempre eficiente “em um grau ou outro” (p. 55). Pelo menos pode nos permitir entender como a utopia do controle completo, por parte do trabalhador do seu próprio trabalho, pode, na realidade, ser uma estratégia de controle do empresário ou de quem gere o trabalho, onde, se bem se substituíram as coações brutais das antigas formas de gestão, a violência simbólica exercida através da demissão e do temor, em virtude da precariedade do emprego, não são menos eficazes na hora de explorar o trabalhador.

Papo e curiosidade. A “formação difusa” no pós-fordismo – Paolo Virno (p. 66-72)

Paolo Virno[9] reflete também sobre os aspectos subjetivos do trabalho, porém de um ponto de vista diferente do abordado por Bourdieu. Enquanto este último considerava a “verdade subjetiva” do trabalho (a vontade de trabalhar além da questão econômica), o primeiro se interessa pela subjetividade que demanda os novos modelos produtivos, em particular, pelas qualidades que os trabalhadores precisam no mercado de trabalho pós-fordista.

Com este objetivo, o autor traça um percurso nada trivial pelos conceitos de papo e curiosidade em Martin Heidegger e de distração em Walter Benjamin, para refletir como os valores (e as qualidades) para o trabalho mudam de uma sociedade para outra.

O que numa época não passaria de “propensões morais inconvenientes” (em referência ao papo e a curiosidade), em outra podem converter-se em “virtudes epistemológicas (ou se preferir, em capacidades técnicas)” (p. 67).

Para Heidegger, tanto o papo como a curiosidade seriam manifestações típicas da “vida inautêntica”: “niveleção conformista de todo sentir e compreender” (p. 67), dominada pelo pronome impessoal “se”: se diz, se faz, se acha... (o “se” é anônimo e invasivo, e oculta ou tergiversa a principal característica humana: o “ser-no-mundo”). Diante destes parâmetros o papo é tomado como tagarelice e a curiosidade como intrometimento, valores que afastam do trabalho —que seria a “re-apropriação consciente do pragmático e produtivo ser-no-mundo” (p. 68).

Segundo Virno, desde “o nascimento da grande indústria até a conclusão da época fordista e taylorista, o processo produtivo foi ‘silencioso’. Aquele que trabalhava, calava. Começava-se a ‘bater-papo’ só na saída da fábrica ou do escritório” (p. 69).

No pós-fordismo esta situação muda. Para Virno “a principal novidade do pós-fordismo consiste em ter posto a linguagem a trabalhar. A comunicação social converteu-se em matéria-prima, instrumento e, amiúde, o resultado final da produção contemporânea” (p.69).

Os meios de comunicação, onde as “virtudes” do papo são norma, acabam convertendo-se em laboratórios, como afirma Virno, dos procedimentos laborais pós-fordistas.

Do mesmo modo, acontece com a curiosidade. Denegrida por Heidegger, por ser uma forma degradada e perversa de amor ao saber que se movimenta no âmbito do não-trabalho, Virno interpõe a visão positiva de Benjamin que a considera como uma forma de acercar-se ao mundo, aumentando as capacidades de percepção humanas e pela flexibilidade pós-fordista.

No mundo atual, monopolizado pela mídia, o aprendizado seria favorecido mais pela curiosidade e pela “distração” que pela esforçada atenção que exige um aprendizado intelectual dominante em épocas passadas.

Segundo Virno, portanto, os valores e as qualificações para o trabalho se modificaram no cenário pós-fordista. A rígida “seriedade” centrada no trabalho, que propunha Heidegger, é ultrapassada pelas virtudes do “modelo” da época atual, as virtudes que são norma no paradigmático mundo da mídia: o papo e a curiosidade.

Neste novo contexto, nesta época onde os processos produtivos mudaram, onde as relações de trabalho são outras, onde os mecanismos do poder frente ao mundo do trabalho foram reformulados, quais seriam as propostas emancipatórias? Em que sentido deveriam ir as demandas dos trabalhadores?

Misérias do presente, riquezas do futuro – Entrevista com André Gorz (p. 57-65).

André Gorz^[10] oferece, na entrevista que *Archipiélago* reproduz, uma proposta: privilegiar a liberação *do* trabalho abandonando a liberação *no* trabalho.

Para este autor, a transformação do trabalho deve ser no sentido de conquistar uma sociedade de tempo liberado, colocando a automatização ao serviço da expansão das atividades sem necessidades nem fins econômicos, em substituição do tempo de trabalho.

Todavia, o incremento no tempo livre não deveria ser associado com aumento da formação continuada, como é habitual no exigente mercado de trabalho atual, e sim com aumento no tempo de ócio. Isto seria o primeiro passo de um ciclo virtuoso que, através do melhor desenvolvimento das capacidades de cada indivíduo (não dirigido necessariamente a aumentar a produção), melhoraria a produtividade, permitindo reduções no tempo de trabalho.

Este processo iria no sentido de aumentar a autonomia dos trabalhadores, uma “autonomia que não seja só técnica, prática e profissional, mas cultural, moral e política (...) centro do antagonismo entre Capital e trabalho (...) [e adquirida] fundamentalmente na vida militante e na luta contra o produtivismo, não a seu serviço” (p. 61-62).

Para atingir estas metas, Gorz oferece algumas pistas:

“Nem a re-apropriação do tempo nem a do trabalho se desenvolverão espontaneamente a menos que se vinculem a um projeto coletivo, político e se expressem na transformação e re-apropriação de um território ou de um espaço urbano, na proliferação de lugares dotados de equipamentos avançados tecnicamente para a auto-atividade, o auto-aprendizado, a auto-produção cooperativa de produtos imateriais e materiais, a auto-organização de redes de intercâmbio, etc., em resumo, através do desenvolvimento de uma ‘economia popular’ que ilustre as formas possíveis que pode tomar a alternativa do sistema salarial, às relações mercantis, à economia e às empresas capitalistas” (p. 62).

Por último, o autor entrevistado defende a implementação de políticas de renda básica como forma de permitir a re-apropriação do tempo por parte dos trabalhadores, em base a dois argumentos: primeiro, na atual civilização o tempo ocupado pelo trabalho imediato é pouco, comparado com o tempo necessário para adquirir e desenvolver as capacidades, competências e conhecimento requeridos pelos postos de trabalho, portanto, parece absurdo continuar fazendo depender o direito a uma renda do tempo de trabalho imediato, ou de trabalhos que tenham em conta a formação para o trabalho nos intervalos sem serviço, já que instrumentalizam demais essa formação para a produção.

Segunda. A renda básica não deveria estar associada à realização “voluntária” de atividades de interesse público, por perverter a voluntariedade e desinteresse com que essas atividades seriam realizadas, transformando-a numa forma mais de ganhar o pão.

Para acabar com o imperialismo dos valores do trabalho — Ulrich Beck (p. 25-28)

A introdução ao artigo de Ulrich Beck[11] traz uma formulação mais radical que o apresentado por Gorz dos efeitos de uma renda básica. Se o trabalhador, ou neste caso, o indivíduo tivera um ingresso regular de uma fonte justa,

“toda a doce violência interposta que devemos suportar no nosso serviço, todas as relações de força dissimuladas e ameaçadoras que nos intimidam com a demissão ou a degradação, saltariam pelos ares, reduzindo-se a sua mais mesquinha essência, não teriam sobre quem recair” (p. 25).

A chantagem do trabalho, assim, desapareceria e a única via hoje, via estreita e desconfortável, de construção de identidade e subjetividade, trabalhar, seria desvendada como um artifício verdadeiramente torturante, volvendo ao seu sentido etimológico.

Beck, no seu texto, apresenta brevemente o movimento alemão da Associação dos Desempregados Felices[12], cujo exemplo constitui uma denúncia da impostura do trabalho na atualidade[13]. Em um dos manifestos desta associação, que Beck transcreve parcialmente, pode-se ler:

“Há 25 anos, os operários ainda podiam questionar o trabalho em si mesmo. Hoje estão obrigados a fingir que estão satisfeitos pela simples razão de não estarem desempregados. E os precários estão obrigados a fingir que estão satisfeitos pela simples razão de que não são desempregados. Está fora de qualquer questionamento uma crítica do trabalho. O desempregado feliz se situa fora de esta chantagem infantil” (p. 26)

A dupla condição de desempregado confronta a insistência dos “grandes amos da sociedade do trabalho” (p. 27) de vender o trabalho como libertador e fonte de felicidade, quando, por um lado, estar empregado é cada vez mais difícil e a flexibilidade do trabalho é a norma, e por outro lado, a vida do trabalho, como já colocava Marx, não é mais que a “existência abstrata” do indivíduo, sentindo-se este, verdadeiramente, somente fora do trabalho.

Os Desempregados Felizes arremetem contra a hipocrisia da sociedade a respeito do trabalho afirmando o que normalmente se dissimula:

“Quem pode ainda pretender ser útil através do trabalho? O setor serviços só emprega a ‘empregadas domésticas’ e a ‘auxiliares’ pendurados aos computadores, que não têm nenhuma razão para estar orgulhosos do que fazem. Os médicos não são mais que os viajantes do comércio dos grandes grupos farmacêuticos. O critério chave não é realizar algo útil, porém ganhar o máximo dinheiro. Se o desemprego existe, é precisamente porque o objetivo do trabalho é ganhar dinheiro, não ser útil socialmente. Mas, os desempregados dispõem de um bem precioso: o tempo. Essa poderia ser uma oportunidade histórica. Nosso objetivo pode definir-se como uma reconquista do tempo. O que não impede ser ao desempregado feliz um homem ativo. É por essa razão, precisamente, pela que não há tempo para trabalhar” (p. 27).

Ainda que iniciativas como as de esta associação alemã sejam ignoradas e rejeitadas pela sutil censura da informação massificada, seu surgimento já revela uma crítica profunda dos rumos

da nossa sociedade. Como Beck coloca na parte final do seu artigo, “a provocação dos Desempregados Felizes consiste em romper com o imperialismo dos valores do trabalho” (p. 28).

O afeto e o trabalho: a nova economia, entre a reciprocidade e o capital social — Susana Narotzky (p. 73-77)

Na linha de interpelar criticamente a propaganda enganosa que circula por nossa sociedade ao redor do mundo do trabalho nas suas diversas faces, o artigo de Susana Narotzky^[14] apresenta, a partir de um estudo desenvolvido em uma região econômica da “província” de Alicante (sudeste espanhol), um severo questionamento acerca do “novo dogma do capital social” (p. 75) e das relações laborais que se estabelecem nele.

Quando nos anos 80 começa a perceber-se a expansão da economia informal, como forma de contornar a crise que persistia desde os anos 70, as estratégias baseadas na estruturação de processos produtivos ao redor de relações pessoais que nascem neste período vão consolidando o que alguns autores identificaram como um modelo alternativo de desenvolvimento econômico, onde as relações de reciprocidade^[15] estavam no seu cerne.

Este modelo hoje é denominado de “capital social” e tem no norte da Itália seu exemplo mais badalado. Contra suas propaladas virtudes é que Narotzky expõe alguns resultados obtidos na pesquisa de uma região econômica do sudeste espanhol articulada pelas diretrizes desse tal “capital social”.

A mitologia que acompanha o modelo de capital social, afirma Narotzky, qualifica-o, no plano social, como favorecedor da cultura local e da comunidade “orgânica, essencialista e estável” (p. 75), anulando “conceitualmente o conflito de interesses em termos de classe” (p.75). Essa comunidade se constitui, então, como referência dos direitos e deveres, distanciando-se “das ordens universais e abstratos da cidadania liberal” (p. 75).

No plano econômico, o capital social se apresenta como uma “proposta humanizadora, pela proximidade dos laços” (p. 75), além de oferecer as possibilidades de relacionar o local e global, através dos empreendedores locais.

Mas, fora desses mitos, qual é a realidade observada? Quais são os argumentos levantados por Narotzky para questionar o modelo do capital social a partir da sua pesquisa em uma região econômica do sudeste espanhol?

A região estudada se caracteriza, segundo Narotzky, por uma rede difusa de distribuidores comerciais, pequenas fábricas, oficinas auxiliares, trabalhadores autônomos e até trabalhadores a domicílio informais, estruturada em torno de relações de parentesco, amizade, vizinhança, confiança e deveres morais, mas também, de desconfiança e inimizade.

Tudo isso permite que a informalidade seja explorada de forma sutil e escondida atrás de favores familiares ou de outro tipo, mas, ao mesmo tempo, de forma intensa. Como afirma a autora, muitas das tensões que surgem no âmbito do trabalho “provêm diretamente ou se agravam pela incrustação do tecido produtivo no tecido social da comunidade, família e da própria identidade pessoal” (p. 76). Ao mesmo tempo, a vigilância e a rejeição dos sujeitos considerados como problemático é mais intensa. Por último, como coloca Narotzky, “a acentuação das tensões intrafamiliares desvenda a transferência de relações conflituosas desde os âmbitos do mercado e o Estado para o âmbito desta dupla moralidade dos afetos e das realidades cotidianas do ganhar o pão” (p. 77).

Essa é a verdadeira face das regiões econômicas relativamente bem sucedidas que se baseiam no modelo de capital social, “uma quotidianidade tensada ao limite, conflituosa e estressante em sua totalidade, até ou sobretudo nos ambientes mais íntimos” (p. 77).

Para finalizar a autora avisa:

“Tal vez o maior perigo hoje em dia é converter esta realidade em um modelo de desenvolvimento aplicável e estendível através de políticas econômicas nacionais e

internacionais, sem antes avaliar os custos humanos, sociais e políticos desta realidade” (p. 77).

El Ejido, um experimento do capitalismo moderno — Ubaldo Martínez Veiga (p. 81-85).

A análise realizada por Ubaldo Martínez Veiga[16] de El Ejido[17] insiste na crítica ao modelo de capital social, ainda que desde uma perspectiva diferente.

Neste caso, tomando como exemplo uma região econômica dedicada à agricultura intensiva, que o autor compara com a noção de distrito industrial que se utiliza para denominar as experiências de capital social do norte da Itália, se mostra como os conflitos pretendidamente raciais, ou de choque cultural que aconteceram no ano 2000 em EL Ejido, não são consequência do analfabetismo e da mentalidade de “novos ricos” da população local, que ainda se caracterizaria por ser um tipo de comunidade atrasada. Para Martínez Veiga, ao contrário, El Ejido conforma um exemplo de “capitalismo avançado”: conglomerado de empresas pequenas e médias, neste caso, geridas por unidades familiares, que projetam seus investimentos localmente e com financiamento também local, usando conhecimentos técnicos adaptados ao meio e tendo desenvolvido serviços de comercialização e venda na própria região.

Todas estas características, denominadas por alguns autores como “densidade institucional”, forjam uma entidade bastante forte internamente, mas ao mesmo tempo, bastante fechada a respeito dos que vêm de fora.

Esses que vêm ou vieram de fora são a grande maioria (só um 5,7% são nascidos em El Ejido), mas é recentemente que o conflito entre os proprietários das terras (autóctones ou imigrantes espanhóis mais ou menos antigos) e os trabalhadores imigrantes (normalmente do norte da África) tem-se agravado.

Trabalhadores, por outra parte, que sofrem péssimas condições laborais, porém dentro da lógica que o “capitalismo avançado” precisa para seu desenvolvimento. Assim, esses trabalhadores, em virtude da rotação que sofrem pelas empresas da zona realizando atividades diferentes segundo a época do ano, seriam modelo para as necessidades do capital hoje: flexíveis, polivalentes e qualificados. No entanto, o estudo desenvolvido por Martínez Veiga em El Ejido, mostra como, na verdade, esta forma de organizar o trabalho diminui a importância dos trabalhadores, que se tornam intercambiáveis e sempre facilmente pressionáveis, em virtude de sua situação de imigrantes ilegais na maior parte dos casos.

Se o exemplo tomado por Martínez Veiga pode parecer pouco generalizável por tratar-se de imigrantes ilegais trabalhando na agricultura em uma zona de recente expansão econômica, a última reflexão do autor do artigo traz questionamentos profundos sobre o que são as relações de trabalho no “capitalismo avançado”,

“A presença do trabalho imigrante é percebida como uma ameaça a este domínio e esta posse, porque seus esforços são os que criaram este ‘milagre’. Como resposta a tal ameaça aparecem estes ataques, que intentam disciplinar aos imigrantes, excluí-los e, de alguma maneira, colocá-los no seu lugar, fora. De fato, a raiz destes acontecimentos os imigrantes são expulsos longe do lugar onde moram os nativos, apartados às zonas periféricas. Delas, não se pretende que venham mais que a trabalhar e que desapareçam depois. Trata-se de convertê-los em puro instrumento de produção sem ter em conta para nada os gastos de reprodução. Isto constitui, por outra parte, a essência do capitalismo” (p. 84-85).

Se as máquinas assinassem contratos: empresas de trabalho temporário e mercado laboral — César Rendueles (p. 47-51).

O artigo de César Rendueles[18] aborda também as dificuldades que os trabalhadores enfrentam no mercado de trabalho desde o ponto de vista das relações laborais. Não é preciso pensar nos imigrantes ilegais sendo explorados na agricultura intensiva, basta dirigirmos o olhar para as Empresas de Trabalho Temporário (ETT)[19] como faz Rendueles.

Nestas empresas dedicadas a contratar trabalhadores que depois irão prestar seus serviços numa segunda empresa, Rendueles mostra a degradação atingida pelas relações laborais, “as ETT (...) permitem que a força de trabalho se comporte *de fato* como uma mercadoria, rescindindo *por contrato* este elemento mercantil dos incômodos que derivam de sua inextricável ligação ao operário” (p. 51).

Se em princípio a proliferação das ETT na Espanha, podia pensar-se que era causada pelo menor custo do trabalhador da ETT, com a lei que equiparou os salários entre trabalhadores da empresa que contrata e os trabalhadores da ETT, se percebe, segundo Rendueles, que a vantagem do trabalhador da ETT é seu caráter dócil e intercambiável, já que, ao não aparecer seu nome no contrato pode ser imediatamente substituído por outro.

Assim, as ETT têm uma função suplementar no mercado de trabalho, além de oferecer a possibilidade de “usar” um operário por um tempo determinado, de fazer a ponte entre oferta e demanda e de flexibilizar as relações laborais. Segundo Rendueles, as “ETT se caracterizam por curto-circuitar os mecanismos de pressão coletiva dos trabalhadores” (p. 50).

Outro dado interessante que Rendueles destaca para o caso espanhol é que as ETT se legalizaram frente à inoperância das principais centrais sindicais[20].

Como vemos, mais um exemplo pontual que na verdade oferece aspectos que caracterizam os novos parâmetros gerais do mundo do trabalho.

Que trabalho nos manda o senhor! — Isabel Escudero (p. 78-80)

O breve artigo de Isabel Escudero[21], na mesma linha de crítica severa dos absurdos que o trabalho comporta hoje, lança algumas provocações desde a perspectiva do papel da mulher frente ao mundo do trabalho.

Esta autora parte do que o senso comum entende por trabalho: “a venda da vida — a maior parte do tempo de nossa vida — que oferecemos em aras da produção e reprodução, principalmente de inutilidades, em troca de dinheiro para poder comprá-las” (p. 78).

Nesta perspectiva, o mais inteligente, afirma a autora, seria liberar aos homens do trabalho e não fazer com que as mulheres também se incorporassem a esse mundo. Nas circunstâncias atuais, trabalhando só as pessoas que gostam de fazê-lo, o mundo seguiria funcionando, porém se nos exige aceitar a condena do trabalho, impede de imaginar outro mundo.

Com estas premissas, iniciativas como a instauração de um salário para as mulheres que cuidam do seu lar, repetiria essa condenação, portanto, talvez fosse admissível no contexto atual, mas significaria além do mais uma perversão dos sentimentos. Outras vias seriam mais desejáveis para aliviar o trabalho da mulher no lar, segundo Escudero, como compartilhar as tarefas com o marido, antes que reduzir a dinheiro um “trabalho” com dimensões tão amplas como as atividades próprias da casa.

A economia política do extermínio: o trabalho nos campos de concentração — Paz Moreno Felio (p. 86-91)

O último artigo do dossiê da revista *Archipiélago* está dedicado a analisar as relações de trabalho dentro dos campos de concentração da Alemanha nazista. Além de estabelecer algumas cronologias a respeito da composição e perfil dos campos[22] o artigo de Paz Moreno Felio[23] oferece uma reflexão que gostaríamos de destacar em virtude de sua coerência com o restante dos textos.

O trabalho nos campos de concentração, como afirma a autora, não era uma “variável isolada pertencente ao âmbito da economia, no entanto se apresentava incrustado em uma complexa engrenagem institucional de poder, cujos objetivos políticos estavam mais ligados a um processo de artificialismo político, que exigia a destruição e o extermínio daqueles que não tinham cabimento nele, que à obtenção de benefícios econômicos” (p. 86).

Essa relação entre poder y economia, salvando as distâncias, nos parece uma questão que deve ser profundamente considerada quando analisarmos o trabalho na sociedade atual. Como muitos dos artigos apresentados no dossiê expressam, hoje, o trabalho, tanto é instrumento de exploração econômica como mecanismo utilizado pelo poder para manter o controle social. Este segundo aspecto ganha cada vez mais espaço e as formas de apresentar-se tendem a ser cada vez mais sutis. Nada a ver com a barbárie dos campos de concentração, porém com uma eficácia equiparável.

Com este texto de Moreno Feliu, fechamos a resenha do dossiê “Crise e mutações do trabalho” do número 48 da revista espanhola *Archipiélago*. Um dossiê com contribuições diversas que pensamos merecer nossa atenção, tanto pelo interesse sobre os temas abordados como pela dificuldade de encontrar este material no Brasil, essa resenha cumpre o objetivo de divulgar essa linha editorial. E além do mais, um dossiê que nos mune para construir uma crítica acurada do trabalho no capitalismo sem a ingenuidade que supõe pensar que o trabalho possa se “humanizar” dentro do sistema metabólico do capital baseado no aprofundamento das desigualdades. Como Richard Sennet coloca na entrevista resenhada anteriormente: “Vamos ser realistas, trata-se do capitalismo, não de um sistema que tente ser bom” (p. 32).

* Esta resenha foi elaborada originariamente para cumprir as exigências do trabalho de final de curso da disciplina “A Questão cidade-campo: agroindústria e movimentos sociais”, sob responsabilidade do professor Antonio Thomaz, oferecida em setembro de 2002, credenciada junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente.

** Doutorando em Geografia, FCT/UNESP/Presidente Prudente, sob a orientação do professor Antonio Thomaz Júnior; membro do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT). *E-mail: jorgemon00@hotmail.com*

[2] Sobre a revista Archipiélago, editada em Barcelona desde 1988, se podem encontrar mais informações, assim como os temas abordados nos 54 números lançados até o momento na página web, www.archipielago-ed.com.

[3] Tanto os títulos dos trabalhos que conformam o dossiê, como as citações literais da revista foram traduzidas para o português.

[4] Sob o título genérico de “crise e mutações do trabalho” se agrupam os seguintes 12 trabalhos: “Configuração e crise do mito do trabalho” – José Manuel Naredo, “Para acabar com o imperialismo dos valores do trabalho” – Ulrich Beck, “A flexibilidade laboral aparato ideológico e dispositivo disciplinário” – Entrevista com Richard Sennett, “Por que a classe trabalhadora perdeu o jogo?” – Robert Castel, “Se as máquinas assinassem contratos: Empresas de Trabalho Temporário (ETT) e mercado laboral” – César Rendueles, “A dupla verdade do trabalho” – Pierre Bourdieu, “Misérias do presente, riquezas do possível” – Entrevista com André Gorz, “Papo e curiosidade. A ‘formação difusa’ no post-fordismo” – Paolo Virno, “O afeto e o trabalho: a nova economia, entre a

reciprocidade e o capital social” – Susana Narotzky, “Que trabalho nos manda o Senhor!” – Isabel Escudero, “El Ejido, um experimento do capitalismo moderno” – Ubaldo Martinez Veiga, “A economia política do extermínio: o trabalho nos campos de concentração” – Paz Moreno Feliu.

[5] Este texto re-elabora reflexões já lançadas pelo autor na coletânea “¿Qué crisis? Retos y transformaciones de la sociedad del trabajo”. San Sebastián: Gakoa libros, Tercera Prensa, 1999. Outros livros do autor são: “La economía en evolución” Madrid: Siglo XXI, 1987 (1996, 2ª ed. actualizada) e “Por una oposición que se ponga”. Madrid: Anagrama, 2001.

[6] No seu livro “A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo”. Rio de Janeiro: Record, 2001. Sennett aborda mais amplamente estas idéias. Outras obras do autor são: “A autoridade”. Rio de Janeiro: Record, 2001 e “O declínio do homem público. As tiranias da humanidade”. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

[7] Em “A metamorfose da questão social. Uma crônica do salário”. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002, pode se encontrar esta discussão mais amplamente tratada. Além desta obra, deste mesmo autor podemos encontrar em português: “Desigualdade e questão social”. São Paulo: EDUC, 2000.

[8] Da ampla bibliografia de Pierre Bourdieu podem salientar-se: “O campo simbólico. A dominação simbólica da dominação”. Campinas: Papyrus, 2000; “A miséria do mundo”. Petrópolis: Vozes, 1998 e “Razões práticas. Sobre a teoria da ação”. Campinas: Papyrus, 1996.

[9] De Paulo Virno não conhecemos bibliografia em português. Em castelhano podemos encontrar artigos dele na Internet: “Virtuosismo y revolución: notas sobre acción política”. (www.sindominio.net/biblioweb/accionpolitica/virno.html) e “Algunas notas a propósito del *General Intellect*” (www.nodo50.org/cdc/GeneralIntellect.html).

[10] Deste autor podemos ler também: “Crítica da divisão do trabalho”. São Paulo: Martins Fontes, 2001 e “Adeus ao proletariado. Para além do socialismo”. Forense Universitari, 1987. Em castelhano está publicada a obra que dá título à entrevista apresentada pela revista *Archipiélago*: “Miserias del presente. Riquezas de lo posible”. Barcelona: Paidós, 1998.

[11] As obras de Ulrich Beck vêm sendo traduzidas para o português, dentre elas podemos destacar: junto com Anthony Giddens e Scott Lash, “Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna”. São Paulo: UNESP, 1997; “O que é globalização”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

[12] No artigo se fornece o endereço para entrar em contato com esta organização: Die glücklichen Arbeitslosen, c/o Im Stall, Kastanienallee 84, 10.435 Berlin-Prenzlauer Berg.

[13] Um exemplo similar ao dos “Desempregados Felizes” alemães pode encontrar-se no movimento dos desempregados franceses que nasceu a finais de 1997, começo de 1998. Na Internet podem encontrar-se alguns documentos acerca desta experiência no endereço eletrônico: <http://www.sindominio.net/ofic2004/jussieu/martes.html>. Também foi editado um livro com uma coletânea dos textos que circularam durante esta mobilização: “Los parados felices. La asamblea de Jussieu y el movimiento contra el paro y la precariedad en Francia”. Barcelona: Virus, 1998.

[14] Algumas obras de Susana Narotzky são: “Trabajar en familia. Mujeres, hogares y talleres”. Madrid; CSIC, 1988 e em colaboração com Paz Moreno Feliu, “La reciprocidad olvidada: reciprocidad negativa, moralidad e reproducción social”, *Hispania*, LX/1, 204, 2000.

[15] Segundo Narotzky, por reciprocidade pode entender-se: “sistema de transferências de bens e serviços que se realizam sobre a base de laços sociais alheios ao mercado e enquadrados em imperativos de ordem moral” (p. 74).

[16] Alguns livros de César Rendueles são: “El Ejido, discriminación, exclusión social y racismo”. Madrid: La Catarata, 2001. “Pobreza y exclusión social. La vivienda de los inmigrantes extranjeros en España”. Barcelona: Icaria, 1999 e “La integración social de los inmigrantes extranjeros en España”. Madrid: Trotta, 1997.

[17] El Ejido é uma comarca do sudeste espanhol que nos últimos anos desenvolveu uma potente agricultura em estufas, que exporta hortifrutigranjeiros por toda Europa. Em fevereiro de 2000, esta comarca teve grande destaque na mídia espanhola a raiz dos confrontos violentos entre população imigrante, que atinge um número elevado, e população local.

[18] Outros textos de César Rendueles podem encontrar-se na revista eletrônica *Rebelión*: www.rebellion.org.

[19] Que são grandes empregadoras. Por exemplo, nos Estados Unidos, a ETT líder mundial, Manpower, é a empresa com maior número de trabalhadores, acima de IBM e General Motors.

[20] Rendueles aponta que até existiria certa convivência dos sindicatos, enquanto aproveitam uma percentagem do dinheiro que as ETT dedicam a formação.

[21] Isabel Escudero no artigo “Dinero de amor: las mujeres y el dinero”. *Archipiélago*, nº 39, 1999, aborda com maior amplitude este tema.

[22] Por exemplo, em um primeiro momento os campos eram o lugar de reclusão de sindicalistas, social-democratas e comunistas, que se dedicavam a construir os próprios campos, mais tarde os prisioneiros dos campos são empregados na construção dos grandes projetos arquitetônicos do nazismo, com o início da Segunda Guerra Mundial os campos de concentração começam a servir aos fins da “limpeza étnica”, acolhendo judeus, polacos e ciganos, entre outros grupos, e a partir deste momento nos campos se estabelecem paralelamente disputas e concessões entre os partidários de utilizar os prisioneiros como mão de obra ou exterminá-los. No artigo também se descrevem as atividades que se desenvolviam no campo de Auschwitz.

[23] Alguns artigos de Paz Moreno Feliu podem encontrar-se em: “Cerraduras de sombra: racismo, heterofobia y nacionalismo”. In Contreras, J. (ed.), *Los retos de la inmigración*. Madrid: Talasa, 1994 e “La contaminación moderna: pureza de sangre y exterminio”. *Archipiélago*, nº 33, 1998.